

“O MORRO DO URUBU É A BELEZA DO LUGAR”: A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NA ESCOLA INDÍGENA JENIPAPO KANINDÉ, EM AQUIRAZ/CE¹

Kayro Rocha Galdino²
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos³
Luiz Cruz Lima⁴

RESUMO

O debate sobre a Educação Escolar Indígena é necessário diante do cenário que vivemos, de tentativas de exclusão e negação dos direitos dos povos originários. A conquista da Educação Escolar Indígena foi um marco importante para a resistência dos povos indígenas no enfrentamento aos conflitos atuais. Com isso, a Educação Geográfica está presente nas mobilizações, articulações e luta pela terra, sendo compreendida por meio da sua relação com o território e a educação. O presente trabalho procura entender a relação e as contribuições entre a Educação, Geografia e o território indígena Jenipapo-Kanindé, a partir da Escola Indígena Jenipapo - Kanindé, em Aquiraz/CE. Trazemos dois conceitos-chaves da pesquisa para serem discutidos neste trabalho: Educação Escolar Indígena e Educação Geográfica. Realizamos levantamento de literatura para o desenvolvimento da pesquisa com a presença de autores não – indígenas e indígenas. O trabalho é resultado de projeto de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/UECE).

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Educação Geográfica, Povo Jenipapo – Kanindé.

ABSTRACT

The discussion on Indigenous School Education is necessary in the face of the current scenario of attempts to exclude and deny the rights of indigenous peoples. The conquest of Indigenous School Education was an important milestone in the resistance of indigenous peoples to the current conflicts. Therefore, Geographic Education is present in the mobilizations, articulations and fight for land, which is understood through its relationship with the territory and education. This paper seeks to understand the relationship and contributions between Education, Geography and the Jenipapo - Kanindé indigenous territory, based on the Jenipapo - Kanindé Indigenous School in Aquiraz/CE. We bring two key concepts from the research to be discussed in this article: Indigenous School Education and Geographical Education. We conducted a literature survey to develop the research with the presence of

¹ O presente artigo é resultado de projeto de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, são ideias continuadas do Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará. A pesquisa contém ideias iniciais e que podem sofrer alterações ao longo do percurso da pós-graduação.

² Mestrando do Curso de Pós – Graduação em Geografia (PROPGEO) da Universidade Estadual do Ceará – UECE, kayro.rocha@aluno.uece.br ;

³ Professora dos cursos de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, tereza.vasconcelos@uece.br ;

⁴ Professor dos cursos de Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, lcruzlima@uol.com.br ;

non-indigenous and indigenous authors. This study is the culmination of a master's research project being implemented by Programa de Pós-Graduação em Geografia at Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/UECE).

Keywords: Indigenous School Education, Geographical Education, Jenipapo Kanindé People.

INTRODUÇÃO

Os povos originários possuem hoje a garantia da Educação Escolar Indígena após uma série de mobilizações e luta por uma Educação que representasse os anseios e objetivos dos indígenas. Os territórios indígenas começaram a conquistar outras demandas, a partir da chegada e conquista da Educação Escolar Indígena.

O processo de catequização imposto no território brasileiro no início da colonização resultou em perdas materiais e imateriais aos povos originários. O propósito dos europeus era a invasão das terras indígenas, mas também a desarticulação e integração dos povos indígenas a sociedade ocidental.

O cenário atual que acompanhamos hoje nos territórios indígenas é um retrato do passado que tentou dizimar total os povos indígenas fisicamente e culturalmente, visto isso no que a catequização representou aos indígenas, a perda de suas línguas e o genocídio cultural.

Por isso, a importância da Educação Escolar Indígena como instrumento de fortalecimento dos saberes indígenas atrelados à escolarização. Porém, destacamos a existência da Educação Indígena, a Educação já presente nas terras indígenas, marcadas pela oralidade e da troca de saberes entre mais velhos e mais novos.

A Educação Escolar Indígena é resistência para os povos e territórios indígenas. Após uma série de mobilizações e luta dos povos originários por uma Educação específica e que respeitasse a trajetória dos indígenas no Brasil, a Constituição Federal Brasileira de 1988 regimentou aos povos originários o direito à Educação Escolar Indígena, enquanto diferenciada e voltada aos domínios dos povos originários.

No Ceará, as políticas afirmativas para a implementação das escolas indígenas surgem a partir da década de 1990, fortalecida pelos movimentos indígenas no cenário nacional. “A própria abertura política ocorrida no início de 1980 foi fruto da mobilização popular. Desse momento histórico nossos povos também participaram de diferentes formas, e ainda hoje continuam participando”. (MUNDURUKU, 2012, p.222)

No município de Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará, a Escola Indígena Jenipapo - Kanindé, localizada na Aldeia Jenipapo - Kanindé, representa um

marco da mobilização motivada e influenciada pela luta a nível nacional dos povos indígenas.

Segundo dados das lideranças locais, mais de 500 indígenas residem no território Jenipapo Kanindé que lutam, ainda, pela homologação da terra indígena.

A chegada do espaço físico da escola, em 2009, representou importante conquista para a aldeia, pois, assim os/as estudantes tinham um espaço de escolarização para gerar, formar e construir protagonistas. Nesse contexto, a Educação Geográfica pode contribuir para a compreensão dessas dinâmicas, a partir dos conhecimentos prévios de cada estudante que adentra a escola, permitindo que o/a educando/a, mas também o/a educador/a, se reconheçam protagonistas, partindo do seu contexto socioespacial, interligando o lugar ao mundo, e o mundo no lugar, como tão bem nos faz refletir Milton Santos: “O espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, 1978, p. 122).

Segundo o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) de Geografia: “É fundamental que a vivência do aluno seja valorizada e que ele possa perceber que a Geografia faz parte do seu cotidiano, trazendo para o interior da sala de aula, com a ajuda do professor, a sua experiência” (BRASIL, 1998, p. 30). Com isso a Geografia contribui para o fortalecimento da identidade dos/as estudantes da Escola Indígena Jenipapo - Kanindé. É, nessa perspectiva, que a Educação Geográfica se faz presente não somente na chegada da escola, enquanto espaço físico, mas desde o início de todo processo educativo atrelado pela oralidade e troca de saberes e memórias, considerando todo o conhecimento difundido entre os mais velhos e gerações futuras.

Os conhecimentos geográficos assumem uma relação com os Jenipapo - Kanindé, pois são vivenciados cotidianamente e se expressam nas rotinas de pesca, na caça, no calendário das plantações, nas festas do Marco Vivo, na festa do Mocaroró, nas rodas de toré nos simbolismo das vestimentas, como o cocar, nas atividades domésticas, nos lugares afetivos e em outros momentos que demonstram o processo de produção do espaço e a territorialidade desses povos, como destacamos no título da pesquisa : “ O Morro do Urubu é a beleza do lugar”: A Educação Geográfica na Escola Indígena Jenipapo Kanindé, em Aquiraz/CE”, o início do título refere-se a letra de uma das canções que Cacique Pequena escreveu, evidenciando o morro do urubu , um dos lugares mais representativos e afetivos do território. A pesquisa traz com objetivo compreender a relação entre a Educação Geográfica e o território Indígena Jenipapo Kanindé.

Além disso, torna-se importante a contribuição com a luta dos povos indígenas através das nossas pesquisas, principalmente no cenário nacional recente, marcado pelo negacionismo



e a invasão das terras indígenas. É importante dialogar com os territórios indígenas e a Geografia tem essa possibilidade de articular entre povos, territórios e a Educação. Nossa pesquisa busca ser construída com a participação de toda comunidade escolar e território Jenipapo Kanindé. Ressaltamos também a importância desta pesquisa para a comunidade acadêmica do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) devido à pouca presença dessas discussões voltadas ao ensino de Geografia e território, especificamente em territórios indígenas

METODOLOGIA

De forma inicial o levantamento bibliográfico é importante para o aprofundamento do teor teórico e das contribuições para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, citamos alguns dos conceitos pertinentes ao nosso estudo: Educação Escolar Indígena e Educação Geográfica.

A abordagem referente à Educação Escolar Indígena nos apoiamos em Grupioni (2004) Rezende (2004), Oliveira e Freire (2006). Além disso, o levantamento de leis como a Constituição Federal do Brasil de 1988, Lei de Diretrizes e Bases, Referencial Nacional Curricular para as Escolas Indígenas e outros. permitirá compreender quais documentos possibilitaram a garantia a Educação Escolar Indígena.

Em seguida, apresentaremos a trajetória da Educação Escolar Indígena no Povo Jenipapo – Kanindé, destacando os marcos significativos na luta pela terra e ao mesmo tempo pela Educação, compreendendo a relação entre o território e a escola, por meio da Educação Diferenciada.

Para a discussão acerca da Educação Geográfica e saberes indígenas, voltamos aos autores que tratam o ensino de Geografia e sua relação com o cotidiano dos/as estudantes. A Geografia permite ao estudante o estudo do lugar, considera a percepção que este carrega consigo através das suas vivências e cotidiano. Trazemos leituras e reflexões de Callai (2005) Cavalcanti (2002), além dos autores indígenas Potiguara (2004), Munduruku (2012) e Krenak (2019), destacando a importância da visibilidade de autores indígenas em pesquisas com a temática indígena.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS POVOS ORIGINÁRIOS: DO INDÍGENA PARA O INDÍGENA

A escola na modalidade da Educação Diferenciada, especificamente da Educação Escolar Indígena, conquista dos povos originários por meio da Constituição Federal Brasileira de 1988, surge como uma possibilidade de fortalecimento dos territórios indígenas. De acordo como RCNEI (1998, p. 24), “ela deve ser comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada”. Dentre leis importantes no âmbito nacional destacamos a própria Constituição Federal Brasileira de 1988, nos artigos 231 e 232, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, de 1998, as Leis de Diretrizes e Bases, nos artigos 78 e 79, e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A escola para os povos originários, na colonização brasileira foi mecanismo de dominação e aculturação, a escola representa o meio pelo qual os europeus chegariam com mais facilidade aos territórios indígenas, visto que, a catequização ensinava os costumes dos brancos e tentava desarticular os ensinamentos dos povos indígenas.

O trabalho e missão catequética dos jesuítas foi corroborado pela coroa portuguesa através do financiamento dessas ações por um vasto período. Conforme Oliveira e Freire (2006,p.35) o intuito da catequese e civilização dos indígenas era prepará-los para servirem como mão de obra .

Vale salientar que durante o período colonial a mão de obra indígena foi vista como estratégia para a invasão das terras, e como consequência do papel da catequese na “domesticação dos índios”, considerados selvagens pelos europeus. Pretendiam integrar os indígenas na sociedade, para facilitar na expulsão dos nativos de suas terras. Ou seja, tinham um caráter assimilacionista.

Diante do exposto, compreendemos as tamanhas perdas sentidas até hoje no Brasil Indígena. Os indígenas resistiram a tudo isso, e foram se mobilizando com os o passar dos anos, afim de recuperar a sua história e trajetória, que até então estavam negando e excluído os indígenas da história do país. A Constituição Federal do Brasil de 1988 foi um instrumento importante diante do movimento de articulação e mobilização dos povos indígenas no Brasil. O documento reconheceu a legitimidade das lutas dos territórios nativos e representou uma mudança de paradigma normativo dentro da sociedade brasileira. O artigo 231 representa bem essa mudança e a defesa por esses territórios, considerando a riqueza dos indígenas:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

A Educação bilingue e voltada aos povos indígenas também é discutida na Constituição como possibilidade de assegurar a autonomia dos indígenas gerirem a sua própria educação. O artigo 210 da Constituição Federal do Brasil assegura a utilização de suas línguas maternas e os seus próprios processos de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas.

Para Grupioni (2000, p.274), a Educação Escolar Indígena se apresenta e é definida como: “Conjunto de práticas e intervenções que decorrem da situação de inserção dos povos indígenas na sociedade nacional, envolvendo agentes, conhecimentos e instituições, até então estranhos à vida indígena, voltados à introdução da escola e do letramento”

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem a reforçar e contribuir com esse modelo de educação diferenciada voltada aos saberes presentes no territórios indígenas, ao garantir a legitimidade e os direitos desses povos de fomentar as suas próprias instituições e os seus sistemas educacionais e de ensino, além do dever dos Estados de apoiar e incentivar a execução dos programas educacionais aos povos originários.

Na direção de uma Educação Escolar dos povos indígenas, outras leis foram importantes na implementação da conquista, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei n.º 9.394, de 20/12/1996) que reforça o que havia sido posto na Constituição. O documento estabelece e regulamenta o ensino através da modalidade da Educação Diferenciada, estabelecendo o protagonismo dos povos indígenas neste processo.

Os artigos 78 e 79 discutem essa perspectiva do ensino bilingue, diferenciado e intercultural, da valorização da história dos povos originários e no fomento de capacitação dos indígenas para atuarem na Educação Escolar Indígena, além disso também:

programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: i) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II) garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias. (BRASIL, 1996, p. 42)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) deixa claro que a importância da Educação Escolar Indígena para os povos originários, e como ela deve ter uma atenção diferenciada para poder corresponder e ser instrumento de luta junto aos povos originários. Em seguida, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), é criado a partir de reflexões dos próprios indígenas. Com isso, o documento foi elaborado na expectativa de colaborar para encurtar a distância entre o discurso teórico e as práticas a serem adotadas nas escolas indígenas.

Resende (1994, p. 102) ressalta que “não há outro caminho senão partir da demanda escolar formulada pelos próprios indígenas, mesmo que ela não se enquadre perfeitamente em nossos referenciais teóricos ou nos modelos institucionais e curriculares que conhecemos”.

A partir daí, o movimento indígena fortalece a sua luta no acesso dos territórios para a Educação Escolar Indígena, ou seja, a busca pela construção das escolas e pelo protagonismo dos povos indígenas em seus territórios. Conforme Potiguara (2004, p.104) “Nós, povos indígenas, queremos brilhar no cenário de história, resgatar nossa memória e ver os frutos de nosso país, sendo divididos radicalmente, entre milhares de aldeados e “desplazados” como nós”.

No Ceará, o movimento de luta pelas primeiras escolas indígenas ergue-se nos anos 2000 motivado pelo cenário nacional naquele momento. A primeira escola indígena no estado surge no território Tremembé de Amontada, no município de Itarema. Destacamos que as escolas indígenas no estado iniciaram debaixo de mangueiras, cajueiros, casas de farinha, evidenciando assim o contato com a natureza, a espiritualidade, ancestralidade e saberes indígenas.

A EDUCAÇÃO E O POVO JENIPAPO- KANINDÉ : “ NÃO HÁ DEMARCAÇÃO SEM EDUCAÇÃO”

A Educação no território Jenipapo – Kanindé, em Aquiraz tem como marco significativo a chegada da Escola Indígena Jenipapo - Kanindé, inaugurada em 2009 pelo Governo do Estado do Ceará , após uma série de luta e mobilização das lideranças locais. Porém, vale salientar, que antes da escolarização , a Educação já estava presente por meio da oralidade.

Ao longo do processo de luta pela terra e organização social e política do povo Jenipapo – Kanindé, a Educação Indígena era marcante na aldeia. As aulas aconteciam nas mangueiras do Tio Odorico, primeiro cacique do povo Jenipapo – Kanindé. As mangueiras são um lugar sagrado para o território, pois , neste lugar aconteciam os rituais sagrados e demais festividades do povo, mostrando desde cedo a relação entre a Educação e o território.

Após as mangueiras do Tio Odorico, outros espaços receberam as aulas no território, como onde hoje é a Pousada e Museu Indígena Jenipapo – Kanindé. Na ocasião, o prédio abrigava a Associação Elcira Gurgel, uma colaboradora externa da aldeia, só por volta de meados de 2000, que começam a aparecer os primeiros incentivos e contribuições da Prefeitura Municipal de Aquiraz.

Em seguida, o Censo Escolar passa a ser de responsabilidade do Governo do Ceará, por meio da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), assim colaborando nos primeiros passos da Educação Escolar Indígena, desde ao apoio até a formação dos primeiros professores indígenas Jenipápo-Kanindé.

Destacamos que o território não atendia todas as séries, e com isso os estudantes precisavam se deslocar para a escola da sede do distrito, escola mais próxima da Aldeia Jenipapo – Kanindé , cerca de 6 (seis) km de distância da aldeia, na comunidade de Iguape, sede do distrito de Jacaúna. Lá, os estudantes eram vítimas, muitas vezes de preconceito, e assim, reforçavam a necessidade de uma escola diferenciada no território.

Nessa época, a principal liderança do povo Jenipapo – Kanindé, Cacique Pequena, inquieta e insatisfeita pelos estudantes que precisavam deslocar um longo percurso e pelo bem estar dos mesmos, liderava a luta por uma Educação Escolar Indígena por meio da construção de uma escola no território, afim de acolher os estudantes indígenas. A luta representava também o processo de reafirmação étnica por meio da Educação.

Em 2009, a Escola é inaugurada , abrigando salas de aula, cozinha e cantina , sala da biblioteca, sala de informatica e um vasto pátio para as crianças. Foi um conquista importante para o povo Jenipapo-Kanindé, que sempre prezou e se dedicou para uma Educação indígena marcante, mas agora também pela Educação Escolar Indígena.

Atualmente , a Escola Indígena Jenipapo – Kanindé, conta com aproximadamente 90 (noventa) estudantes, conforme dados da secretaria da escola. A escola oferece as séries da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, tendo no seu corpo docente todos os professores indígenas do próprio território.As últimas conquistas da escola, destacamos a construção da quadra poliesportiva e da brinquedoteca para o lazer e diversão dos estudantes.

A escola representa uma centralidade política e social no contexto da organização do povo Jenipapo- Kanindé, visto pela presença e parceria com os demais coletivos, grupos e setores do povo Jenipapo – Kanindé. É na escola, inclusive que os estudantes aprendem e compartilham os seus ensinamentos e se preparam para assumir um protagonismo e serem futuras lideranças do território.

Ao longo do processo de formação do território Jenipapo – Kanindé, foi notável a importante relação entre escola e território, a escola não está isolada ou de forma singular no território, mas está presente em todas as dinâmicas e articulações do território, ou seja, não existe escola sem o território, e nem território sem escola. O povo luta pela terra , conquistou a escola , e dela surgem as novas demandas e reivindicações para o fortalecimento do território.

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E OS POVOS INDÍGENAS: DIÁLOGOS E SABERES

Compreendendo a importância da Educação Escolar Indígena na organização política e social dos territórios indígenas, entendemos também a necessidade de uma Geografia indígena que dialogue com os sujeitos, território e com a Educação.

Não que haja uma diferença entre as Geografias escolares, mas a Geografia presente nos ambientes das escolas dos povos originários, deve considerar as trajetórias, a história do povo, os conhecimentos e saberes, além daquilo que eles consideram ser Geografia. Pensar na Geografia Indígena é articular o ensino de Geografia com os saberes indígenas, e apresentar-se uma Geografia contra-hegemônica.

Essa Geografia Indígena, em um paradigma de diálogo ao território, propõe conhecer e investigar o espaço geográfico a partir da cosmologia indígena, e se questionar o que a Geografia deveria ensinar, como destaca:

De que conhecimentos da ciência geográfica eles necessitam hoje para assegurar a sua própria sobrevivência física e cultural? Que conteúdos ensinar? Com quais métodos? E com quais instrumentos e recursos didáticos? Afinal: que Geografia ensinar? Qual deve ser o "Programa de Geografia" para as escolas indígenas? (REZENDE, 1994, p. 103)

Como facilitador desse processo de ensino e aprendizagem da Educação Geográfica, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena (RCNEI) por meio de um capítulo referente ao ensino de Geografia apresenta a importância de dar visibilidade e reconhecer os conhecimentos e saberes dos povos indígenas. Este traz a Geografia indígena como:

(...) o entendimento da aldeia e do mundo. Do nosso mundo e do mundo do branco. E a cidade, o Brasil e os outros países. Geografia é a história do mundo. O mundo é a terra, a terra é a aldeia, o rio, o rio que cai num outro rio, que cai num outro rio, que cai no mar. Geografia é o depois do mar (BRASIL, 1998, p. 226).

A Geografia possibilita ao (a) estudante reconhecer o espaço enquanto parte da sua trajetória e o território, lugar e a paisagem como elementos essenciais para a construção do seu conhecimento. A partir daí surge a consciência do seu lugar no espaço, e a compreensão de conflitos, reflexões e problematizações entorno da questão indígena, como cita Krenak:

A humanidade vai sendo descolada desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia, ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes. Formam uma camada de gente que fica agarrada na terra. A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo uma abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. (KRENAK, 2019, p. 21-22.)

O ensino de Geografia faz-se presente desde as “paredes” da sala de aula, até aos movimentos dos/as estudantes no dia a dia envolvido na compreensão do mundo através das noções de espaço, lugar e cotidiano, além de possibilitar ao/à estudante a cidadania espacial. Cavalcanti (2002, p.78) afirma que “instrumentalizar o cidadão para a compreensão do espaço tal como hoje ele está produzido é o papel da escola e da Geografia no ensino”. O/a estudante encontra na paisagem, no espaço, no lugar, no território, o conhecimento adquirido nas vivências da escola e nas relações sociais da aldeia.

Devemos considerar as “geografias” dos/as estudantes, as suas experiências, vivências, afetos como importantes aliados no processo de ensino e aprendizagem. E são importantes para a construção da identidade indígena, no fomento das lideranças do território. Neste sentido, Munduruku (2012, p.25) destaca: “percebe como é importante deleitar-se com eles num processo de aprendizagem que passa pela leitura do entorno ambiental”. As contribuições de Munduruku (2012) fortalecem relação entre os saberes indígenas e a Geografia, firmando uma relação mútua de sentidos e construções.

De acordo com Callai (2005, p. 225): “Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades”. A identidade indígena dos (as) estudantes vai se entrelaçando nas co-relações com o território, onde compreendem os conceitos geográficos e o diálogo intercultural, a partir do cotidiano e da rotina de cada um (a) observando os lugares afetivos e criando o sentimento de pertencimento.

A Educação Geográfica e os saberes indígenas possibilitam ao estudante construir a compreensão do seu protagonismo no espaço geográfico e na construção do conhecimento adquirido nas experiências sociais, no engajamento das agendas e pautas da aldeia, além das vivências no ambiente escolar, sabendo que a escola não é o único espaço para o aprendizado e difusão do saber indígena, como destaca afirma Gallois (2014, p. 511):

“a escola não é nem o único nem necessariamente um espaço privilegiado para a construção de um saber próprio; os saberes são criados alhures, precisam ser buscados, descobertos por sujeitos que circulam em busca de conhecimento”.

Para os estudantes da Escola Indígena Jenipapo – Kanindé, a Geografia não está presente somente como um componente curricular, ou no livro didático, ou simplesmente de forma teórica, mas ela está presente desde a formação do território e na trajetória de cada estudante. A Geografia é sentida nas inter-relações com a “mãe terra”, no canto do toré, um ritual sagrado dos povos indígenas, nas lutas e mobilizações, e na resistência da Educação para a conquista da Terra Indígena Jenipapo – Kanindé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa encontra-se em andamento, mas já pontuamos a importante relação entre Educação Geográfica e território indígena, a partir da escola. Compreendemos a importância dos saberes indígenas inseridos no processo de ensino e aprendizagem da Geografia, enquanto na escola e no território.

Dessa forma, a Educação Geográfica contribui junto ao território com as articulações e ações, no engajamento social e participativo, no fortalecimento da identidade indígena e na compreensão da dinamicidade do espaço geográfico, como também é fortalecida pelo território que proporciona o entendimento e o enriquecimento da Geografia enquanto Educação que possibilita ao (à) estudante construir os conceitos a partir das suas experiências.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Educação escolar indígena**: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola – Caderno SECAD 3. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Presidência da República. Casa Civil. MEC: Brasília, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o Mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002
- GALLOIS, Dominique Tilkin. **A escola como problema**: algumas posições. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). Políticas culturais e povos indígenas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.



GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (2000). Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. Brasília (org.).

Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2000.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 21-22.

MUNDURUKU, Daniel. **Caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: MEC (SECAD), LACED, Rio de Janeiro: Ed. Museu Nacional, 2006.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara.** São Paulo: Global.2004.

RESENDE, Márcia Spyer. Um mapa do que pode ser a Geografia nas escolas indígenas. In: **Em Aberto,** Brasília, ano 14, n.63, jul/set. 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.